

RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.630 - CE (2017/0280851-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR - CE017314
RECORRIDO : LAUDECI DE ALMEIDA ANDRADE
ADVOGADO : JOSÉ JÚNIOR ÁVILA PINTO - CE024781

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, contra acórdão assim ementado (fl. 182):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS A EXECUÇÃO INTERPOSTOS FORA DO PRAZO. CONTAGEM A PARTIR DA JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO DE CITAÇÃO DEVIDAMENTE CUMPRIDO. ARTIGO 738 DO CPC DE 1973. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

SENTENÇA REFORMADA.

1. É firme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que na sistemática do antigo artigo 738, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.382 de 06 de dezembro de 2006, o termo a quo para oposição de embargos à execução, inicia-se após a juntada aos autos do respectivo mandado de citação devidamente cumprido.

2. Na hipótese, transcorreram mais de 15(quinze) dias sem que a executada/embargante interpusse a presente ação, ato que só veio a se realizar após o transcurso do prazo, mais precisamente no dia 01/07/2015. Inobstante, sendo o lapso temporal de 15 (quinze) dias e seu marco inicial 16/06/2015 e prazo fatal 30/06/2015, intempestivos encontram-se os presentes embargos.

3. Apelação conhecida e provida. Preliminar acolhida. Sentença anulada

Alega a recorrente, em suma, ofensa ao art. 535 do Código de Processo de 1973 (reproduzido no 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, sob o argumento de que o Tribunal de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração, não se manifestou sobre a necessidade de análise da matéria à luz do art. 184, § 2º, do Código de Processo

Civil/1973.

Indica, ainda, violação dos arts. 184, § 2º, e 738 do CPC/1973, correspondentes aos arts. 224 e 915 do CPC/2015, e dissídio jurisprudencial, por considerar tempestivos os embargos do devedor em razão da regra geral da contagem dos prazos processuais que determina a exclusão do dia do começo, no caso, "o da juntada aos autos do mandado de citação cumprido, e incluindo o do vencimento" (fl. 199).

Assim delimitada a questão, anoto, inicialmente, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme Enunciado Administrativo STJ 3/2016.

Observe que o acórdão recorrido manifestou-se de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

Com efeito, em relação à regra estabelecida no art. 184, *caput*, do CPC/1973, reproduzido no art. 224, *caput*, do CPC/2015, o voto condutor do acórdão recorrido manifestou-se expressamente nos seguintes termos (fl. 187):

Averíguo ainda, que não merece prosperar a tese suscitada pela embargante em suas contrarrazões, sob a alegativa de que o prazo começa a correr, excluindo o dia do começo.

Afasto, pois, a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

No mérito, verifico que é incontroverso nos autos que os embargos do devedor interpostos, na origem, pelo ora recorrente, foram protocolados em 1º.7.2015, sob a vigência, portanto, do CPC/1973, cujo art. 738, com a redação da Lei 11.382/2006, estabelecia o prazo de 15 dias para serem oferecidos, "contados da data da juntada aos autos do mandado de citação".

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação, entendeu intempestivos os

embargos, com base nos seguintes fundamentos (fl. 186-187):

Na espécie, verifica-se que a antiga sistemática do processo de execução de título extrajudicial, advinda com a Lei 11.382, de 06 de dezembro de 2006 (CPC de 1973), é aplicável à hipótese dos autos, uma vez que o prazo para a interposição dos embargos à execução foi aumentado de 10 (dez) para 15 (quinze) dias e o *dies a quo* inicia-se a partir da data da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, consoante disciplina o artigo 738 do CPC, vide:

Art. 738 – Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

Na hipótese, verifico que a parte executada, ora embargante, (BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A) foi devidamente citada pelo meirinho no dia 02/06/2015, nos termos da certidão de fls. 62v, nos autos da execução de nº 0149205-54.2015.8.06.0001, e consequentemente, o mandado foi carreado aos autos dia 16/06/2015, iniciando-se assim, o prazo para a interposição dos embargos à execução, consoante certidão de juntada às fls. 64 da Ação de Execução, vide:

Certifico que a Certidão do Oficial de Justiça referente às fls. 62/63 foi juntada nos autos digitais na data de hoje. Fortaleza/Ce, 16 de junho de 2015.

Ocorre que transcorreram mais de 15 (quinze) dias sem que a executada/embargante interpusse a presente ação, ato que só veio a se realizar após o transcurso do prazo, mais precisamente no dia 01/07/2015. Inobstante, sendo o lapso temporal de 15 (quinze) dias e seu marco inicial 16/06/2015 e prazo fatal 30/06/2015, intempestivos encontram-se os presentes embargos.

(...)

Averíguo ainda, que não merece prosperar a tese suscitada pela embargante em suas contrarrazões, sob a alegativa de que o prazo começa a correr, excluindo o dia do começo.

De fato, o prazo a oposição dos embargos do devedor tem início na data da juntada do mandado de citação, nos termos da literalidade do disposto no art. 738, *caput*, do CPC/1973, em vigor da época dos fatos, correspondente ao art. 915, *caput*, c/c o art. 231, inc. II, do CPC/2015.

No caso presente, a ora recorrente não discute que a data da juntada do mandado de citação marca o termo inicial do prazo para oposição dos embargos, mas sustenta a aplicação da regra geral do art. 184 do CPC/1973 (art. 224 do CPC 2015), segundo a qual, na contagem dos prazos processuais, deve ser excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, pretensão que se encontra em consonância com a jurisprudência consolidada pelo STJ desde a sua instalação, na esteira, a propósito, da orientação também já sedimentada no STF, quando detinha a atribuição de interpretar a legislação federal infraconstitucional.

Nesse sentido, destaco as seguintes passagens do esclarecedor voto condutor proferido pelo Ministro Fontes de Alencar perante a Quarta Turma, no julgamento do RESP 4.336/CE concluído em 4.9.1990:

O fundamento do acórdão é no sentido de que, nos termos do art. 738, I, do Código de Processo Civil que estabelece prazo de 10 dias a contar da intimação da penhora para oferecimento dos embargos à execução, não tem aplicação o princípio genérico do art. 184 do Código de Processo Civil, que manda excluir o dia do começo e incluir o dia do vencimento, prorrogando-se para o primeiro útil se este último for feriado.

No caso, o ora recorrente foi intimado da penhora no dia 28 de novembro de 1988 e opôs os seus embargos à execução no dia 09 de dezembro de 1988, porquanto o dia anterior, 08.12.88, era feriado nacional.

No meu sentir, os embargos são tempestivos, pois o decêndio legal esgotar-se-ia no dia 08.12.88, prorrogando-se para o dia 09.

A tese do embargante, ora recorrente, tem respaldo na orientação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os princípios gerais sobre prazo inseridos no art. 184 do Código de Processo Civil se aplicam aos casos de embargos à execução, conforme se constata do RE 100.450, relatado pelo eminente Ministro Moreira Alves.

Eis sua ementa:

Não é sequer razoável, por não haver qualquer motivo plausível para sustentá-la, a interpretação de que as normas do artigo 184 do C.P.C. não se aplicam à contagem do prazo para a apresentação de embargos do devedor, até porque o inciso I do art. 738 do mesmo Código se adstringe a fixar o dia do começo do prazo., não estabelecendo que, ao contrário do preceituado

naquele - que é norma geral -, esse dia do começo não será incluído na contagem.

Nesse mesma linha, é o pensamento de José da Silva Pacheco, no seu excelente "Tratado das Execuções, Vol. 2º, Edit. Saraiva, págs. 589 e 590", quando assim argumenta:

Embargos à execução são ação de oposição à execução (...) O prazo para propô-la é de dez dias, contados da intimação da penhora (art. 738, II) (...) O prazo começa a correr de conformidade com o art. 241 e se conta conforme o disposto no art. 184 e respectivos parágrafos.

A ementa do referido acórdão tem a seguinte redação:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRAZO.

I - As regras do art. 184 do Código de Processo Civil aplicam-se à contagem do prazo para os embargos do devedor.

II - Recurso especial de que se conheceu e a que se deu provimento. Unânime.

(DJ 9.10.1990)

Ressalto que esse mesmo entendimento foi adotado mais recentemente por ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção, para aplicar a regra geral prevista no art. 184 do CPC/1973, correspondente ao art. 224 do CPC/2015, para contagem do prazo para oposição de embargos à execução fiscal. Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. PRAZO. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO PESSOAL. REGRA ESPECIAL DO ART. 16, III DA LEI 6.830/80. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO. PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE AO DA INTIMAÇÃO. ART. 184, DO CPC.

1. Os embargos do devedor, na execução fiscal, devem ser opostos da intimação pessoal do representante legal da devedora, com expressa advertência legal do prazo de trinta dias para sua oposição, não restando, assim, o termo *a quo*, da juntada aos autos do respectivo mandado.

2. Precedentes da Corte: REsp 953.574/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJ 25.10.2007; AgRg no Ag 702551 / SP, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 18/05/2006; REsp 810051 / RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 25/05/2006; REsp 268284 / SP, 2ª Turma, Rel.

Min. João Otávio Noronha, DJ 06/03/2006.

3. Não obstante, é de sabença que os prazos processuais contam-se com a exclusão do dia do começo e inclusão do do vencimento, nos termos do art. 184, do CPC, sendo certo que o § 2º do referido artigo é explícito quanto ao termo *a quo* da contagem dos prazos ser o primeiro dia útil após a intimação. (Precedentes: REsp 242.076/PR, DJ 02.04.2007; AgRg no Ag 926.830/MT, DJ 28.04.2008; REsp 692.284/RJ, DJ 15.08.2005; REsp 200351/RS, DJ 19.06.2000).

4. *In casu*, conforme demonstra a certidão de fl. 9, houve a lavratura do auto de penhora, depósito e avaliação, com a intimação da empresa executada para acompanhar os termos da execução, em 20/08/2001, razão pela qual os embargos à execução ajuizados em 19/09/2001 são tempestivos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgInt no RESP 986.831/RJ, Primeira Turma, Relator Ministro Luiz Fux, DJ 11.9.2008)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DEVEDOR. PRAZO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PENHORA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ART. 184 DO CPC.

1. Nos termos do artigo 16, III, da LEF, o prazo para interposição de embargos do devedor é contado a partir da data de intimação pessoal da penhora.

2. Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*" (Súmula 211/STJ).

3. "Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do dia do vencimento" (Art. 184, *caput*, do Código de Processo Civil).

4. Recurso especial não conhecido.

Acrescento que essa orientação prevalece para a apuração do prazo de recurso. também na hipótese de ciência pessoal do interessado. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS. INTIMAÇÃO. CIÊNCIA PESSOAL. PRAZO RECURSAL. CONTAGEM. ART. 184 DO CPC. 1. Mesmo nos casos de intimação mediante ciência pessoal, a contagem do prazo está sujeita à regra do art. 184 do CPC, a saber: seu início se dá a partir do dia seguinte ao da ciência.

2. Recurso especial a que se dá provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(RESP 950.056/RJ, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Zavascki,
DJ 29.9.2007)

No caso em exame, o Tribunal do origem delineou que o mandado de citação foi juntado aos autos no dia 16.6.2015 (fl. 186) e, portanto, o prazo de 15 dias para oposição dos embargos devedor transcorreu no período de 16.6.2015 a 1.7.2015, data do protocolo da petição (fl. 186), motivo pelo qual são tempestivos os embargos.

Em face do exposto, com base na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, para afastar a intempestividade dos embargos do devedor opostos pela recorrente e determinar que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará examine o pedido neles deduzido, como entender de direito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora